

DIPLOMAS EM DESTAQUE

Declaração de Retificação n.º 33/2024/1, de 03 de setembro

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS - SECRETARIA-GERAL

Retifica a Portaria n.º 183/2024/1, de 9 de agosto, que estabelece o regime de aplicação dos apoios a conceder ao abrigo do artigo 34.º do Regulamento (UE) 2021/1060, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de junho, no que se refere à intervenção D1.2, «Gestão, acompanhamento e avaliação da estratégia e sua animação», do domínio D1, «Desenvolvimento Local de Base Comunitária», do eixo D, «Abordagem Territorial Integrada», do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum para Portugal (PEPAC Portugal), no continente

Decreto-Lei n.º 55/2024, de 9 de setembro

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 29-B/2021, de 4 de maio, que estabelece o modelo de governação dos fundos europeus atribuídos a Portugal através do Plano de Recuperação e Resiliência.

Entrada em vigor: 10 de setembro

Portaria n.º 213/2024/1, de 18 de setembro

AGRICULTURA E PESCAS

Estabelece o regime de aplicação dos apoios a conceder, ao abrigo do artigo 77.º do Regulamento (UE) 2021/2015, do Parlamento Europeu e do Conselho, no que se refere à tipologia C.4.3.1 «Criação de agrupamentos e organizações de produtores», integrada na intervenção C.4.3 «Organização da produção», do domínio C.4 «Risco e organização da produção», do Eixo C «Desenvolvimento Rural» do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum para Portugal (PEPAC Portugal).

Entrada em vigor: 19 de setembro

Resolução do Conselho de Ministros n.º 126-A/2024, de 18 de setembro

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Declara a situação de calamidade em território nacional por ocorrência de grandes incêndios rurais e determina o levantamento de danos e a adoção de medidas de recuperação e apoio às populações, empresas, associações, infraestruturas e património agrícola e natural afetados.

Portaria n.º 214/2024/1, de 20 de setembro

FINANÇAS

Aprova o Referencial de Competências para a Administração Pública (ReCAP).

Entrada em vigor: 21 de setembro

Resolução do Conselho de Ministros n.º 127/2024, de 23 de setembro

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Procede à quarta alteração à Resolução do Conselho de Ministros n.º 46-B/2021, de 4 de maio, que cria a Estrutura de Missão «Recuperar Portugal».

Portaria n.º 236/2024/1, de 27 de setembro

FINANÇAS

Regulamenta as competências comportamentais de natureza transversal dos trabalhadores integrados em carreiras com graus de complexidade funcional 1, 2 e 3 e das competências específicas dos titulares dos cargos de direção intermédia, a que se refere o n.º 6 do artigo 36.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro.

Entrada em vigor: 01 de janeiro de 2025

Lei n.º 38-A/2024, de 27 de setembro

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Autoriza o Governo a regular a citação e notificação por via eletrónica das pessoas singulares e das pessoas coletivas, determinando que a citação e notificação das pessoas coletivas é, em regra, efetuada por via eletrónica.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 130-A/2024, de 27 de setembro

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Delimita o âmbito territorial a considerar para efeitos das medidas excecionais e apoios nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 126-A/2024, de 18 de setembro.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 130-B/2024, de 27 de setembro

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Mandata os membros do Governo responsáveis pelas áreas governativas da coesão territorial, da justiça, do ambiente e da agricultura a apresentar um Plano de Intervenção para a Floresta 2025.

Decreto-Lei n.º 59-A/2024, de 27 de setembro

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Estabelece medidas de apoio às populações afetadas pelos incêndios ocorridos em setembro de 2024.

Entrada em vigor: 28 de setembro

Produção de efeitos: O presente decreto-lei produz efeitos a partir do dia 15 de setembro de 2024

Aviso n.º 21700-A/2024/2, de 30 de setembro

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, I. P.

Abertura do período de discussão pública da proposta do Programa Regional de Ordenamento do Território do Norte (PROT-Norte).

Portaria n.º 242/2024/1, de 04 de outubro

FINANÇAS E JUSTIÇA

Altera a Portaria n.º 185/2024/1, de 14 de agosto, que aprova o modelo de declaração de inexistência de conflitos de interesses destinada aos membros dos órgãos de administração, dirigentes e trabalhadores das entidades públicas abrangidas pelo Regime Geral da Prevenção da Corrupção.

Entrada em vigor: 180 dias após a sua publicação

Produção de efeitos: A presente portaria produz efeitos à data da publicação da Portaria n.º 185/2024/1, de 14 de agosto

Despacho n.º 11778/2024, de 04 de outubro

AGRICULTURA E PESCAS - Instituto da Vinha e do Vinho, I. P.

Delegação de competências do Instituto da Vinha e do Vinho, I. P. (IVV, I. P.), nas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, I. P. (CCDR, I. P.).

Resolução da Assembleia da República n.º 78/2024, de 08 de outubro

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Recomenda ao Governo que cumpra o disposto na Lei de Bases do Clima, aprovada pela **Lei n.º 98/2021**, de 31 de dezembro.

Resolução da Assembleia da República n.º 79/2024, de 08 de outubro

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Elaboração e divulgação, pela Assembleia da República, de um relatório de avaliação do impacte carbónico da sua atividade e funcionamento, durante as XIV e XV legislaturas, em cumprimento da Lei de Bases do Clima.

Decreto-Lei n.º 67/2024, de 08 de outubro

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Aprova a orgânica do Centro de Planeamento e Avaliação de Políticas Públicas.

Entrada em vigor: 09 de outubro

Decreto-Lei n.º 68/2024, 08 de outubro

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Aprova a orgânica do Centro Jurídico do Estado.

Entrada em vigor: 09 de outubro

Resolução da Assembleia da República n.º 80/2024, de 09 de outubro

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Orçamento da Assembleia da República para 2025.